

O FAZER ACADÊMICO E A RELAÇÃO COM ATORES DA SOCIEDADE²⁵

THE ACADEMIC PRACTICE AND THE RELATIONSHIP WITH THE SOCIETY ACTORS

Geovânia da Silva Toscano – UFPB²⁶

Vânia de Vasconcelos Gico - UFRN²⁷

RESUMO

Analisa-se a relação Universidade e sociedade a partir de duas experiências na área da saúde no Nordeste brasileiro, desenvolvidas no Programa Saúde e Cidadania –SACI/UFRN e o Programa Atividade Curricular em Comunidade – ACC/UFBA. Contextualiza-se a investigação a partir de uma reflexão crítico-analítica, na qual se concebe a retroalimentação entre teoria e prática, tal qual é realizada na práxis dialética. Para se conhecer o campo empírico realiza-se durante a pesquisa, entrevista com professores, gestores e alunos, leituras de relatórios e projetos para identificar as visões dos participantes sobre o papel da universidade frente às demandas sociais, objetivo deste estudo. Verifica-se que nas práticas acadêmicas realizadas no SACI e na ACC há proposta do diálogo com os diferentes atores da sociedade, na problematização da realidade e na produção de um conhecimento contextualizado, o que possibilita aos sujeitos envolvidos refletirem sobre o seu mundo sensibilizando-os a promoverem sua transformação. Constata-se que a compreensão dos fins da Universidade, está nas falas dos participantes dos programas estudados, apontando que um dos papéis da Universidade é produzir cultura, participar da dinâmica da sociedade, refletir junto aos atores sociais seus problemas, pensar

²⁵ Este artigo resulta de parte da tese intitulada “*Extensão Universitária e formação cidadã: a UFRN e a UFBA em ação*”, defendida na Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN em 2006.

²⁶ Professora do Departamento de Ciências Sociais/UFPB; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas/UERN; coordenadora do Grupo de Pesquisa Ciências Sociais, Cultura e Educação / UFPB; pesquisadora dos seguintes grupos: Cultura, Política e Educação/UFRN e Pensamento Complexo (UERN). E-mail: geotoscano@gmail.com

²⁷ Professora e Pesquisadora Associada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Educação. Coordenadora do Grupo de Estudos BOA-VENTURA - CCHLA/UFRN, em convênio com a Universidade de Coimbra-Portugal. E-mail: vaniagico@gmail.com.

o mundo, o local e apreender os diferentes saberes existentes na sociedade e não apenas formar profissionais.

Palavras-chave: Sociedade e Educação. Sociedade e Saúde. Extensão universitária. Programa Saúde e Cidadania - SACI/UFRN. Programa da Atividade Curricular em Comunidade-ACC/UFBA.

INTRODUÇÃO

O Século XXI tem seu início marcado por um grande desafio, que é manter as Universidades como um dos campos de maior representação simbólica e de produção do saber, da formação profissional, da reflexão e de difusão cultural. Esse desafio é formado por missões que, historicamente e em diferentes contextos, as Universidades vêm assumindo e tentando enfrentar, a fim de marcar o seu lugar social no mundo e nas sociedades contemporâneas.

As Universidades públicas na América Latina, sobretudo, vêm lutando pela sobrevivência através do aumento de vagas e criação de novos cursos, novos processos seletivos de acesso, buscando a superação dos desafios internos e externos, na tentativa de recuperar a sua própria identidade histórica, realizando as suas missões cultural, científica e técnica, construindo e socializando saberes.

O contexto mundial marcado pelas desigualdades sociais apresenta-se para alguns dos que fazem a Universidade como uma “sensação de inutilidade” frente ao turbilhão de mudanças no mundo da informação, no mundo do trabalho, do diagnóstico de desemprego dos alunos diplomados, do aumento da produção de conhecimentos por outras instituições.

Observamos que, de um lado, a lógica do mercado invade o campo educacional, fortalecendo o sentido utilitário e mercadológico da educação e, de outro, evidenciam-se as necessidades e demandas da própria sociedade, que se mostram ávidas por mudanças e melhoria das condições sociais. Boff nos convida a praticar a palavra cuidado, necessária em face do diagnóstico de “um difuso mal-estar da civilização,” causado pelo descuido do humano com tudo que existe e vive. Neste sentido considera que:

Há um descuido e um abandono dos sonhos de generosidade agravados pela hegemonia do neoliberalismo com o individualismo e a exaltação da propriedade privada que

comporta. Menospreza-se a tradição da solidariedade. Faz-se pouco por ideais de liberdade e de dignidade para todos os seres humanos (BOFF, 2002, p. 18-19).

Neste sentido, é recorrente para as Universidades, nesse contexto, assumirem o seu futuro como um tema permanente de estudos, procurando responder a algumas questões, dentre elas aquelas que dizem respeito à relação histórica entre as Universidades e outros atores da sociedade: como as Universidades têm respondido às suas demandas? Qual a missão das Universidades? A quem elas se destinam? Quais os interesses que elas vêm atendendo? Para analisar a relação Universidade e sociedade temos como referência duas experiências do fazer acadêmico universitário de prática extensionista no Nordeste brasileiro, desenvolvido no Programa Saúde e Cidadania (SACI), iniciado na UFRN em Natal/RN, em 2000.2 e o Programa Atividade Curricular em Comunidade (ACC) originado na UFBA em Salvador/BA em 2001.1.

Contextualizamos a investigação realizada a partir de uma reflexão crítico-analítica, na qual se concebe uma retroalimentação entre teoria e prática, tal qual é realizada na práxis do movimento dialético e como campo empírico a elaboração de entrevistas com professores, alunos e gestores da UFRN e UFBA, que vivenciaram tais Projetos de extensão e a partir de suas experiências nos apresentam sua visão sobre o papel da Universidade frente às demandas sociais. Nosso objetivo, portanto é identificar entre professores, gestores e alunos qual a visão destes sobre o “fazer” da Universidade na sua relação com a sociedade.

O FAZER ACADÊMICO UNIVERSITÁRIO

Fávero, em seu livro *A Universidade brasileira em busca de sua identidade*, faz uma retomada histórica a partir das primeiras iniciativas de sua

criação até a Reforma Universitária, em 1968. Trata-se de um estudo que mostra as tentativas de busca de identidade dessa instituição, discutindo, num primeiro momento, as funções e as tendências desta no Brasil. Conforme Fávero (1977, p. 13), “para analisar as funções da Universidade na sociedade é necessário determinar não só seus objetivos pedagógicos, mas também os objetivos sociais, políticos e culturais.”

Por sua vez, Fernandes (1975) dirigiu críticas ao ensino superior brasileiro, considerando-o altamente hierarquizado, rígido e exclusivista, e com pouca interação com a sociedade. Para ele, é emergente pensar nessa instituição como um símbolo de progresso e valorização cultural, formando jovens com domínios de técnicas que possam ser aplicadas social e criativamente, sobre o que propõe Fernandes (1975, p. 67):

Ela tem de exprimir novas concepções educacionais, uma nova mentalidade intelectual e uma nova compreensão das relações da universidade e a sociedade brasileira. Ela traz em seu bojo uma educação voltada para a vida humana nos marcos da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica; uma inteligência inquieta, ativa e responsável; bem como um impulso irredutível à democratização de si mesma, da cultura e da sociedade.

No tocante à relação Universidade e sociedade, estudos realizados por Fagundes atestam que essa instituição é vista como “uma ‘torre de marfim’, ‘descomprometida com o seu meio,’ ‘improdutiva,’ ‘alheia ao problema de seu tempo,’ chegando mesmo a apontá-la como uma instituição ‘que não está servindo a ninguém e que, portanto, é uma instituição inútil, falida e dispensável’” (1986, p. 104).

Nos anos 1990 e início do século XXI, aperta-se o cerco neoliberal, ampliando-se os fortes cortes de recursos nas políticas sociais: as Universidades públicas não fogem à regra, mas vêm lutando pela sobrevivência na tentativa de recuperar a sua própria identidade histórica, realizando as suas missões cultural, científica e técnica, construindo e socializando saberes. Nesse período, a produção bibliográfica sobre essa

instituição é sugestiva e metafórica; ao analisar o contexto de crises vivenciadas, ela nos dá o diagnóstico da situação, destacando-se: *Universidade sitiada* (MENEZES, 2000), *Universidade em ruínas* (TRINDADE, 2000) e *Universidade na penumbra* (GENTILE, 2001).

Santos (1996, p. 187), ao falar dessa situação complexa e estrutural pela qual vem passando as Universidades ao longo de sua história, assinala um contexto de “aversão a mudança,” e nos alerta para a necessidade de uma reforma profunda numa dimensão paradigmática, não programática, que possa aumentar a sua capacidade de respostas à sociedade, sem perder de vista a sua capacidade de questionamento.

A situação enfrentada pelas Universidades, exposta no texto de Santos (1996) é traduzida em três momentos de crise: o primeiro, corresponde à crise de hegemonia, que diz respeito à contradição entre os conhecimentos exemplares e os conhecimentos funcionais; o segundo momento, à crise de legitimidade, que indica a contradição entre hierarquização e democratização da universidade; e, a crise institucional, responsável pela contradição entre a autonomia institucional e o produto social a ser fornecido pela Universidade.

A crise de hegemonia ocorre quando se coloca em questão a centralidade da Universidade como único e exclusivo lugar privilegiado de produção da alta cultura (cultura de elite) e conhecimento específico do século XIX. Porém, torna-se mais evidente no período do pós - Segunda Guerra, e, principalmente, a partir dos anos de 1960. Esta crise é ancorada em vários pressupostos que continuam sendo problemáticos até os dias atuais. Tais pressupostos são formulados nas seguintes dicotomias: alta cultura x cultura de massa; educação x trabalho; teoria x prática.

A primeira dicotomia, alta cultura x cultura de massa, constitui o núcleo central do ideário modernista. A problemática reside no questionamento a respeito da centralidade da Universidade enquanto promotora da cultura sujeito, ou seja, alta cultura. Porém, a partir do pós - Segunda Guerra, com o surgimento da cultura de massa, evidencia-se uma nova forma cultural, que

acaba por questionar a centralidade desta cultura sujeito. Entretanto, afirma Santos (1996, p. 193),

[...] a cultura de massa tem uma lógica de produção, de distribuição e de consumo completamente distinta e muito mais dinâmica da que é própria da cultura universitária e os seus produtos vão apertando o cerco à alta cultura universitária, quer porque reciclam constantemente os produtos desta, quer porque concorrem com ela na formação do universo cultural dos estudantes.

Daí, a Universidade começa a perder sua centralidade no momento em que não consegue transformar essa “nova cultura” (cultura de massa) numa cultura objeto.

A segunda dicotomia, educação x trabalho, resultou da existência de dois mundos com pouca ou nenhuma relação entre si: o mundo ilustrado e o mundo do trabalho. Emerge, então, a seqüência educação x trabalho, uma nova função da educação, tendo em vista o espaço da produção. Privilegia-se o ensino de conhecimentos utilitários, fortalecendo a força de trabalho especializada, com o intuito de atender aos desafios do conhecimento tecnológico. Sendo assim, nos diz Santos (1996, p. 196):

[...] a educação que fora inicialmente transmissão da alta cultura, formação de caráter, modo de aculturação e de socialização adequado ao desempenho da direção da sociedade, passou a ser também educação para o trabalho, ensino de conhecimentos utilitários, de aptidões técnicas especializadas capazes de responder aos desafios dos desenvolvimentos tecnológicos no espaço da produção.

Neste sentido, ocorre no campo universitário uma cisão na educação entre a cultura geral e a formação profissional, cindindo-se o trabalho entre qualificado e não-qualificado.

A última dicotomia, teoria x prática, surge pela prioridade na pesquisa pura, fundamental ou básica, dissociada de uma aplicação prática. No entanto, a Universidade passa a ser desafiada a se envolver, a partir dos conhecimentos por ela produzidos, na busca de resolução dos problemas econômicos e sociais existentes. Emerge, diante de tal situação, uma crítica ao isolacionismo da Universidade, passando esta a ser caracterizada como uma *torre de marfim*.

No tocante à relação Universidade e a produtividade, Santos (1996) observa que existem vários fatores nela imbricados, entre os quais destaca: o incentivo para a busca de recursos externos não estatais; a ampliação da relação Universidade e indústria, portanto, a ênfase para a pesquisa aplicada; o discurso da eficiência e a velocidade na produção do conhecimento científico; a existência de diferenças salariais entre os professores; o declínio de alguns cursos de humanidades por não serem rentáveis, entre outros.

No que diz respeito à relação Universidade e comunidade, está em evidência a questão da responsabilização social da Universidade frente aos problemas da sociedade contemporânea. É reconhecido o acúmulo de conhecimentos produzidos nas Universidades, entretanto, nelas, identificam-se a ausência de diálogos com os problemas de seu tempo, especialmente um conhecimento a favor dos pobres, dos dominados e de seus interesses.

Neste contexto, evidencia-se a crise de legitimidade, que apresenta um grande paralelo com a idéia de possibilidades de escolhas postas pelo ideário democrático do projeto modernista. O problema da legitimidade na Universidade ocorre, de fato, no final do século XIX, quando as lutas dos trabalhadores pelo sufrágio universal, pelos direitos civis e políticos, pela organização autônoma dos interesses foram obtendo êxito. Nesse período, nas sociedades européias, a forma política do Estado liberal foi substituída pelo Estado-Providência, que é, conforme Santos (1996, p. 211),

[...] uma forma política muito mais democrática apostada em compatibilizar, dentro do marco das relações sociais capitalistas, as exigências do desenvolvimento econômico com os princípios filosóficos, políticos da igualdade, da liberdade e da solidariedade que subjazem ao projeto social e político da modernidade.

Embora a legitimidade da Universidade, no período, fosse precária, somente entrou em crise na década de 60 do século XX, visto que “[...] a crise de legitimidade é em grande medida o resultado do êxito das lutas pelos direitos sociais e econômicos, os direitos humanos da segunda geração, entre os quais pontifica o direito à educação” (SANTOS, 1989a apud SANTOS, 1996, p. 211).

Ainda, conforme Santos (1996), dois fatores contribuíram para a crise de legitimidade: primeiro, quando ficou socialmente visível que a educação superior era destinada somente às classes privilegiadas, ou seja, à elite. O segundo fator refere-se ao momento em que a educação superior deixa de ser uma reivindicação utópica e passa a ser fonte de aspiração de ampla parcela de jovens das mais diferentes camadas da população, que visavam à ascensão social.

Para amenizar a situação e não perder o seu elitismo, a Universidade “procurou desvincular na prática, e a revelia do discurso ideológico, a procura da universidade da procura de democracia e de igualdade, de tal modo que a satisfação razoável da primeira não acarretasse a satisfação exagerada da segunda,” assim interpreta Santos (1996, p. 212).

Na relação entre as duas primeiras crises é que se percebe o processo de massificação do ensino superior ocorrido em alguns países, principalmente, a partir dos anos de 1950, sobre a influência da denominada teoria do capital humano, desenvolvida pelos economistas liberais (ingleses e americanos), cujo conteúdo deu suporte à crença na educação como forma de ascensão social, indicando um vínculo direto entre educação, trabalho e produção. Em tal circunstância, a procura da Universidade passa a ser uma questão de democracia, igualdade de oportunidades e de mobilidade social.

A crise institucional reveste-se tanto da crise de hegemonia quanto da crise de legitimidade, mas o que está em causa é a autonomia universitária. Conforme Santos (1996, p. 214), “[...] os factores que têm vindo a tornar cada vez mais problemática a sua afirmação são a crise do Estado-Providência e a desaceleração da produtividade dos países centrais.”

A crise do Estado-Providência ocorrida, sobretudo, a partir dos anos de 1970, tem provocado progressivos cortes nos orçamentos das políticas sociais, inclusive, na saúde e na educação. No caso das instituições universitárias públicas, no dizer de Santos (1996), esses cortes provocaram três efeitos na vida institucional: a seletividade, referindo-se às posições assumidas nas áreas do saber na Universidade; o critério da produtividade e os mecanismos de avaliação externa; e finalmente, a tentativa de induzir a Universidade a procurar meios alternativos de financiamentos, com a finalidade de atingir sua autonomia e o cumprimento de sua responsabilidade social.

No Brasil, em meados da década de 1980, se intensificaram as propostas para a reformulação do campo universitário brasileiro, cujas ideias giraram em torno dos critérios de competência e qualidade (hegemonia), autonomia e avaliação (institucionalidade) e democratização (legitimidade). A fim de responder a esses desafios, as Universidades públicas, a partir da década de 1990, buscaram ampliar a oferta de vagas, criar novos cursos para atender à demanda crescente por acesso à educação superior e tentaram minimamente uma aproximação com a sociedade, principalmente, com “aquela população historicamente marginalizada” (TAVARES, 1997, p. 123), esta pela via da extensão universitária.

Já em meados da década de 1980, diversos atores, buscaram a ampliação do conceito de extensão para além da prestação de serviços, disseminação de conhecimento e difusão cultural. Reis (1992) afirma que, a partir de 1985, com o apoio das forças emergentes do movimento docente e com a eleição direta de dirigentes universitários mais comprometidos com um outro modo de fazer universitário, o eixo fundamental da Universidade passou a ser a tentativa de dialogar com a população, sendo a extensão entendida

como articuladora entre o ensino e a pesquisa, “vinculando-se ao exercício de transformação da sociedade. [...]. A extensão emerge como uma “ação vinculada, contínua, processual de uma nova política, uma nova filosofia, uma nova postura de ação da Universidade” (REIS, 1992, p. 68 - 69).

Apesar de não ser hegemônica essa ideia de extensão nas Universidades brasileiras, pelo menos vem sendo preconizada desde o I Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, no período de 04 a 05 de novembro de 1987, na Universidade de Brasília (UnB). Tal evento objetivou a realização da revisão conceitual da extensão universitária, associando-a ao caminho para a Universidade cumprir a sua função social.

Dentre as várias concepções de extensão historicamente presente no Brasil – a assistencialista, a crítica, a progressista, a prestação de serviço, a acadêmica – apresenta-se e defende-se aqui a acadêmica, pois é esta a proposta nas experiências de extensão analisadas neste trabalho. Entre as características demarcadas na função acadêmica da extensão indicamos, conforme Jezine (2001; 2002): a relação teoria e prática; a relação dialógica entre Universidade e sociedade, como promotora da troca de saberes; parte integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção de conhecimentos; o envolvimento do aluno e do professor em uma dimensão dialógica. Ainda propõe a flexibilização curricular visando à formação crítica do aluno; procura auscultar as demandas da sociedade; trabalha o contexto onde os problemas aparecem; trabalha numa perspectiva transformadora da sociedade; busca associar o conhecimento científico com o conhecimento popular; entende o movimento dialético entre teoria e prática; procura, ao trabalhar com a comunidade, potencializá-la em sua organização política e econômica; vislumbra a visão de homem nas suas dimensões política, social e humana para se projetar como sujeito, como ser histórico.

A RELAÇÃO COM OS ATORES DA SOCIEDADE NA PRÁTICA EXTENSIONISTA

No Brasil, as renovações da conceituação da extensão universitária, a partir do Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras criado em 1987, fomentaram as concepções de duas experiências de extensão efetivadas no início do século XXI, como prática acadêmica realizada na UFRN e na UFBA as quais atuam em parceria com setores da sociedade.

Santos (2004) ao analisar o aprofundamento das crises da universidade moderna nos orienta que ao pensar esta instituição como um bem público será necessário lutar pela sua democratização efetiva, e atribuir a esta o papel de colaboradora na superação do processo de exclusão de diferentes grupos sociais e seus diferentes saberes. Por outro lado, o autor defende que um dos grandes desafios será a conquista da legitimidade das universidades que dentre os caminhos ocorrerá pela extensão universitária.

No Nordeste brasileiro no estado do Rio Grande do Norte e na Bahia iniciaram experiências extensionistas que vem se desenvolvendo desde os primeiros anos do século XXI. Trata-se do Programa Saúde e Cidadania (SACI), iniciado na UFRN, em 2000.2 realizado em bairros periféricos da cidade de Natal, como atividade complementar nos cursos da área de Saúde: Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Nutrição, Fisioterapia. O Programa Atividade Curricular em Comunidade (ACC) iniciado na UFBA em 2001.1, como atividade complementar optativa para todos os seus cursos de graduação. Esta atividade extensionista é realizada em Salvador e municípios do Estado.

Das entrevistas realizadas com os atores envolvidos entre eles professores, alunos e gestores da extensão, selecionamos aqui alguns depoimentos no tocante a sua compreensão sobre a relação universidade e sociedade e o papel social desta instituição em atuação extramuros.

Alguns alunos, do Programa SACI/UFRN, sinalizam a possibilidade de a Universidade levar e socializar conhecimentos com e para a sociedade e interagir com esta, visando a uma transformação mais efetiva, sobretudo no

tocante aos aspectos da conquista dos direitos básicos para a existência dos indivíduos, já contemplados na Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988). Enfatizam o papel da Universidade na formação de profissionais que estejam disponíveis e desejem atuar em projetos de extensão nas comunidades, pois, dessa maneira, estarão colaborando nesta formação. Vejamos como eles refletem:

A UFRN, como uma Universidade, tem um papel muito grande na sociedade. Até porque todos os universitários têm um pouco mais de conhecimento. Então eles podem estar levando isso sempre para a sociedade. Através de programas voluntários, ela tem que interagir. Esse é um papel muito importante que ela tem que ter: o de conscientização (Graduando de Nutrição).

Na minha visão a função prioritária da UFRN junto à comunidade, é de prover aquilo que ela tem de melhor que é o conhecimento. Porque a grande questão da Universidade deve ser essa grande companhia, esse grande agregado de conhecimento e que deve se refletir na transformação da sociedade. Porque não adianta nada você apenas formar profissionais que continuem deixando a sociedade do jeito que está no mesmo patamar de evolução. Acho que tudo tende a uma evolução. Eu acho que você tem que começar por aquilo que está mais atrás. Eu acho que a função social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e não somente da Universidade Federal, mas de outras Universidades, de outras Faculdades, deveria ser esta de ajudar as comunidades a tentar transformar uma realidade que não condiz com aquilo que é preconizado hoje pela nossa Constituição Federal do Brasil. (Graduando de Farmácia).

Estas reflexões nos permitem perceber a necessidade de a Universidade participar no destino da sociedade, preocupação presente nas reflexões de Morin (2001), quando trata das reformas do pensamento e da educação, para que possam vislumbrar a nossa condição humana e nos ajudem a viver. Corroborando a proposta moriniana, numa outra reflexão, identificamos que o papel da Universidade não é apenas formar profissionais, mas produzir cultura,

participar da dinâmica da sociedade, refletir junto com as pessoas os problemas presentes, pensar o mundo, o local, promover diálogos e apreender os diferentes saberes existentes na sociedade. Caberá à Universidade conhecer a realidade que a cerca e fazer experimentações, como propõe Thiollent (2000) ao falar da extensão como campos de experimentações que possam permitir uma interação com grupos externos à Universidade, construindo coletivamente um conhecimento pertinente, como requer Morin (2001). Este também é o pensamento de um dos professores extensionistas do SACI/UFRN:

Eu penso que o papel social que a Universidade tem é muito além de formar mão-de-obra para o mercado, isso também. Mas também produzir cultura e inserir-se na dinâmica das pessoas, está ajudando a pensar o mundo, o local. SACI tenta um pouco fazer esse exercício, a partir do momento que vamos para as comunidades interagir tentamos pensar os problemas reais que afetam as pessoas e juntos com elas. A questão da produção da cultura não é só da expressão artística, mas também está reconhecendo os distintos modos de vida que se tem, apreendendo e reconhecendo esses modos. É uma troca de saberes e de modos de vida, você identifica a realidade, faz experimentações [...] (Comunicadora Social/Tutora).

Maturana (2001) nos convida a uma prática educativa com responsabilidade individual e social, pressuposto apresentado numa outra visão a respeito da Universidade pública na formação de indivíduos com capacidade de retornar à sociedade aquilo que dela recebe. Uma proposta inerente à necessidade de aproximar os alunos da realidade social e cultural e, se possível, criar e despertá-los para a sensibilidade frente aos problemas do mundo presente. De outra forma, poderá formar profissionais para atender aos interesses do mercado e com seus interesses meramente individuais, sem pensar a coletividade. Vejamos o depoimento a seguir do Gestor de Extensão da UFRN (1999-2003):

Quem estuda numa Universidade pública no país como o nosso é um privilegiado e muitas vezes não sabe o que se passa por aí na sociedade, a não ser quando vê nas imagens da televisão. Porque em geral o percurso que ele faz da Universidade para casa é um bom percurso: belas casas, belos edifícios e jardins. Freqüentemente andando de automóvel ou fazendo um pequeno percurso de ônibus. É diferente dele ver um assentamento de reforma agrária e ver uma favela. Então, essa metodologia de confronto com a realidade é necessária. A Universidade tem sempre uma função social de formar professores e formar físicos. Eu diria que fizesse com que essa chamada função social se aproximasse mais da maioria da população, feitas de excluídos, de pessoas em situação de dificuldades. E possa uma Universidade, que é financiada por esse povo, receber dela um pouco mais do que ela de fato dá na verdade (Pró-Reitor de Extensão).

As palavras dos alunos do SACI corroboram a reflexão acima quando ressaltam as seguintes atividades para a Universidade: identificar demandas, pesquisar e procurar de alguma forma melhorar e ajudar as pessoas pobres, ou seja, dar um retorno para a sociedade, tendo em vista ser financiada por esta:

Acho o SACI fundamental para o aluno logo no início do curso. E se possível, outros contatos desse tipo com a comunidade. Porque é a comunidade que vai absorver a maior parte dos profissionais, principalmente o serviço público que vai absorver a maior parte dos profissionais. E é lá a maior demanda. Nós temos que perceber isso. Eu sei que todo mundo pensa hoje em ganhar dinheiro. Todo mundo pensa em se sustentar, lógico. Mas todo indivíduo, todo cidadão tem um papel social e o profissional da saúde enxergando essas demandas, quando ele entra em contato, eu não acredito que uma pessoa possa sair do SACI insensível ainda em relação a essas necessidades que determinadas comunidades apresentam mais que outras. Acho que saímos com essa consciência do papel social que temos enquanto estudante da saúde, estudante de uma Universidade pública (Graduando de Enfermagem).

[...] Eu acho, como a Universidade é pública, tem que botar os alunos, mesmo que seja da classe média, para atuar nestes projetos. São as pessoas que pagam os impostos. Ela tem que reverter isso para essas pessoas. E como as mais necessitadas, são as de classes pobres, vamos dizer assim, tem que botar os alunos para trabalhar com eles. Intervir nisso para melhorar e ajudar a sociedade. No caso, a maioria das pessoas de classe média não precisa tanto dessa ajuda. [...] Então é interessante que a Universidade tenha projetos sociais que é para o pessoal ver. Olhe, a sua realidade não é só de gente que vive bem, tem pessoas que vivem mal. E você está estudando aqui na Universidade porque eles também estão pagando para você estudar aqui. Eles estão contribuindo para isso, temos que dar um retorno para eles (Graduando de Medicina).

Os alunos da ACC/UFBA defendem o papel da extensão universitária para o cumprimento da função social da Universidade, ressaltando também a importância da pesquisa. Defendem a necessidade da experiência da ACC em todos os cursos, para abrir a possibilidade de se colocar em prática os conhecimentos adquiridos e gerados internamente, mas paralelamente estabelecer com a sociedade uma relação de troca de saberes num processo de construção de conhecimentos no envolvimento com a comunidade:

Para a função social da Universidade, a extensão para mim é extremamente importante em todos os aspectos. Não só direcionada para a área da saúde, mas todos os cursos podem fazer extensão. Basta ter investimento e o retorno vem com a própria resposta que a comunidade traz para a Universidade. Eu acho muito importante se fazer extensão, como também pesquisa. O principal papel da Universidade eu acho que está aí. Mas muitas delas ainda não se despertaram para isso. Que é interligar o conhecimento da Universidade e a aplicação desse na comunidade. Passar esse conhecimento que é gerado na Universidade para a comunidade (Graduando de Farmácia).

Acho que a Universidade pública tem um dever com a sociedade e não uma obrigação com o estudante. Porque se estão capacitando e preparando esses profissionais é para a sociedade. E por que não estar também trabalhando com a sociedade, com a comunidade que necessita de algum serviço da Universidade? Então, se o aluno, como um profissional em formação acadêmica, já tem um conhecimento adquirido, porque não passar esse conhecimento para a comunidade, para este ser complexo e como também não haver uma troca? (Graduanda de Enfermagem).

Nos relatos, a seguir, há uma defesa da ACC/UFBA como uma das possibilidades de a Universidade dialogar com as populações mais distantes, trazê-las para dentro da instituição, e, ainda, fazê-las perceber que esta é uma instituição pública, que por sua vez pertence a todos, é comum a todos. Ressalta, um desses participantes, que esta é uma dimensão ainda pouco presente, justificada, na sua visão, pela forte presença da formação tecnicista na Universidade.

A ACC é uma proposta de buscar a comunidade para dentro dos muros da Universidade. Então, para mim, a função social da Universidade é esta: de buscar sempre esse diálogo com a sociedade, para trazê-la para dentro da Universidade. O diálogo é muito importante durante as atividades da ACC. Estão sendo expostas para as pessoas que vão para lá, se sentam, participam e compreendem que a Universidade não pertence só àquelas pessoas que aqui estudam ou ensinam, mas que todos também têm como contribuir para a Universidade (Graduando de Enfermagem).

Acho que tem que existir esse espaço de estar levando a Universidade às populações mais distantes da nossa realidade que necessitam desse alerta, desse esclarecimento e de um aprendizado, para ambos. [...] mas ainda é muito pouco por causa dessa visão tecnicista que ainda está muito vigente aqui na Universidade (Graduando de Medicina).

Concordamos com a denúncia contra a ênfase da formação tecnicista, instrumental, que culmina numa formação individualizada, competitiva, criticada

por Maturana (2001), tendo em vista que esta nega a responsabilidade com relação ao outro e à coletividade e estimula a competitividade. Encontramos, nas reflexões dos alunos da UFBA, a compreensão de que a ACC se apresenta como um dos caminhos da Universidade pública retornar para a sociedade aquilo que recebe dela através do investimento na extensão, no ensino e também na pesquisa, como pensa Maturana (2001), quando fala da formação universitária alicerçada na responsabilidade e na solidariedade perante o seu país.

A função social da Universidade está em você retribuir para a sociedade aquilo que é investido em você, de acordo com suas habilidades e sua área de atuação. Que você possa contribuir com aquilo que domina, com um pouco daquilo que conhece e estuda, possa passar tudo isso. Eu acho que a ACC é uma das formas de você repassar esse conhecimento para a sociedade. Por isso, gostaria que as outras Universidades adotassem essa proposta da ACC. Seria interessante (Graduando de Nutrição).

É importante a Universidade ter a pesquisa, a extensão, o trabalho na comunidade. Eu acho que as ACCs disponibilizam isto, elas dão essa oportunidade aos estudantes, de poder atuar na comunidade, de se desenvolver e, de alguma forma, estar contribuindo com aquilo que recebemos, que é o ensino público. [...] Eu acho que essa é a essência da Universidade pública: a pesquisa, a extensão, o trabalho na comunidade e a retribuição, de certa forma, do conhecimento para a comunidade (Graduando de Nutrição).

Daí, a partir dos relatos expostos, pensamos que os Programas SACI e ACC se apresentam como possibilidades criativas, uma semente, como sugere Shiva (2001), nas Universidades públicas para a construção do conhecimento de uma outra forma: aberta ao diálogo com outros saberes, com a capacidade de se renovar, regenerar, praticar o cuidado com o outro, evoluir no contato com o mundo externo à academia para definir prioridades de pesquisa e propor ações com as pessoas interessadas interna e externamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do cenário da década de 1990, no Brasil, vemos que a extensão universitária vem se apresentando como uma temática a ser aprofundada, sobretudo, frente às idéias privatizantes presentes nas políticas educacionais pautadas no modelo neoliberal, sustentado pela lógica quantitativista, competitiva e excludente, que destrói valores humanos, sociais, culturais e ambientais. Para tanto, as Universidades públicas, que se querem legítimas, precisam se articular e fazer dialogar as suas funções de ensino, pesquisa e extensão com os setores da sociedade interessados na busca de soluções dos problemas do seu tempo.

A compreensão de extensão numa dimensão de um outro fazer universitário tem como pressuposto que as atividades de ensino e pesquisa estejam associadas à dimensão da transformação social ao estabelecer a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, colaborando assim para a formação de seres humanos mais solidários, críticos, participativos, cidadãos.

Entendemos deste modo, que no fazer universitário na sua dimensão acadêmica realizado no SACI - UFRN e na ACC - UFBA, ocorre a perspectiva de diálogo com os diferentes atores da sociedade, efetiva-se a problematização da realidade bem como a produção de um conhecimento contextualizado.

Há nestas experiências extensionistas, espaços para os sujeitos envolvidos refletirem sobre o seu mundo visando à sua transformação. Contatamos ainda, que a compreensão dos fins da Universidade, está nas falas dos participantes dos Programas, qual seja, que um dos papéis da Universidade é produzir cultura, participar da dinâmica da sociedade, refletir junto com os atores sociais os problemas presentes, pensar o mundo, o local e

apreender os diferentes saberes existentes na sociedade e não apenas formar profissionais.

Identificamos também que esta prática acadêmica da extensão universitária faz emergir e compartilhar os valores da conservação, da cooperação, da parceria entre os seus participantes bem como permite ampliar as percepções e pensamentos sobre a vida e o mundo, fundamentais ao sentido da responsabilidade ética e solidária entre os humanos nos diferentes espaços que ocupam ou vem a atuar como profissionais e cidadãos.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FAGUNDES, José. A função social da universidade medida pela extensão. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 8, n. 17, p. 103 - 111, 1986.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo. Alfa-Omega, 1975.

GENTILE, Pablo (Org.) **Universidades na penumbra**: neoliberalismo e reestruturação

universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

JEZINE, Edineide Mesquita. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2001, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: [s. n], 2001.

JEZINE, Edineide Mesquita. **A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. Recife, UFPE, 2002. 294f. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosófica e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2002.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2001.

MENEZES, Luís Carlos Menezes. **Universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

MORIN, Edgar. **A cabeça-bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

REIS, Renato Hilário dos. A institucionalização da extensão. **Educação Brasileira**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 67 - 81, jan./jul.1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social na pós-modernidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis, RJ:

Vozes, 2001.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Extensão universitária: novo paradigma da universidade**. Maceió: EDUFAL, 1997.

TRINDADE, Hélgio (Org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre: CIPED, 2000.